

## **Consulta Pública 109**

Planos quinquenais de desenvolvimento e investimento das redes de distribuição de gás para o período de 2023 a 2027 (PDIRD-G 2022)

Pronúncia da Gas4All





## Consulta Pública 109

Planos quinquenais de desenvolvimento e investimento das redes de distribuição de gás natural para o período de 2023 a 2027 (PDIRD-G 2022)

### Comentários e Resposta da Gas4All

A presente pronúncia representa a posição comum da Gas4All, acordo constituído entre as empresas Prio Energy S.A., Repsol Gás Portugal, Unipessoal Lda. e Rubis Energia Portugal S.A. para promoção e defesa do mercado e da Indústria dos Gases de Petróleo Liquefeitos, identificada doravante como Gas4All.

#### 1) Considerações genéricas

O presente documento procura expressar algumas das preocupações mais relevantes percecionadas pela Gas4All perante a proposta de desenvolvimento e investimento das redes de distribuição de gás natural para o período de 2023 a 2027. Não se trata, assim, de uma análise exaustiva das propostas submetidas a consulta pública, mas de uma apreciação global dos princípios e fundamentos a estas subjacentes.

O investimento global apresentado nas propostas de PDIRD-G 2022 eleva-se a €468,4 milhões de euros para o quinquénio 2023-2027. Este é um valor extremamente elevado que terá de ser suportado pelos consumidores finais a muito longo prazo.

Questionamos este investimento face ao contexto macroeconómico e geopolítico atual, por um lado e face à existência de energias alternativas, tal como o GPL, que sendo muito semelhante ao gás natural no que diz respeito à sua utilização, não deve ser alvo de discriminação, mas sim, fazer parte do mesmo conjunto de energias transitórias no que diz respeito aos objetivos climáticos para o país.

#### 2) Nível de investimento proposto face ao contexto atual

A Gas4All questiona o investimento global que é proposto, concordando na sua generalidade com as 13 questões colocadas pela ERSE, principalmente tendo em consideração a direção estabelecida pelo governo no que diz respeito à descarbonização do setor doméstico e dos serviços em Portugal, que passa pela eletrificação do consumo, conforme definido na política energética e climática do país através das metas do PNEC e do RNC.

Tendo ainda em atenção a diminuição dos consumos unitários de gás natural, quer no período 2017-2021, quer nas previsões para o período 2022-2027, tal como descrito nas propostas dos próprios ORD's<sup>1</sup> não entendemos a necessidade da totalidade dos investimentos propostos, que representam um acréscimo de 48%<sup>2</sup> para o período 2023-2027 face ao PDIRP 2018, reiterando assim a Gas4All, as questões 1 a 3 da ERSE no documento de consulta pública.

---

<sup>1</sup> Figura 3. - Taxas de crescimento do consumo unitário, por operador, página 34 do documento em consulta pública

<sup>2</sup> Conforme referido na página 37 do documento em consulta pública.

### 3) Transição energética – O papel do GPL vs. gás natural

A Gas4All também tem as mesmas dúvidas que a ERSE relativamente ao alinhamento destas propostas na política energética e climática definida pelo governo para o país e consubstanciada no PNEC e no RNC.

Creemos que as propostas apresentadas estão bastante desalinhasdas com as metas estabelecidas nestes documentos, em particular atendendo aos objetivos já mencionados da eletrificação dos consumos domésticos. A este respeito, a Gas4All considera que o GPL tem um papel a desempenhar nesta transição para energias “verdes” e que deve ser considerado uma alternativa energética ao mesmo nível do gás natural.

De facto, o GPL pode ter um papel relevante na transição energética pois já se encontra muito bem implantado no país, contando com um elevado número de pontos de venda e chegando às zonas mais remotas de todo o território nacional continental e ilhas, **sem necessidade de maiores investimentos em infraestruturas que poderão comprometer as gerações futuras** e sem ter tipo qualquer tipo de apoio público no passado.

O GPL é um combustível de baixo impacto ao nível das emissões de CO<sub>2</sub>, podendo mesmo ser comparado ao gás natural no que diz respeito ao impacto ambiental, emitindo um menor nível de dióxido de carbono que a maioria dos combustíveis fósseis convencionais e praticamente não emitindo carbono negro – o 2º maior contribuinte para as alterações climáticas.

De referir ainda que já existem alternativas de “GPL verde” no mercado:

- o “*bioLPG*” que com a mesma composição química do GPL consegue ter ainda maiores benefícios ambientais que o GPL convencional, reduzindo em 80% as emissões de CO<sub>2</sub> de podendo ser utilizado nos mesmos aparelhos de queima que o GPL. A mudança para este tipo de energia é assim extremamente fácil e barato. Estima-se que existam mais de 2.000.000 aparelhos de queima a GPL na Europa que podem ser utilizados com este combustível de menores emissões de CO<sub>2</sub> de uma forma eficiente ao nível dos custos de transformação. O volume de bioLPG no Mercado é ainda pequeno, mas a crescer de uma forma consistente. Existem já vários países Europeus a apostar neste produto como a França, Dinamarca, Suécia, Irlanda, Reino Unido e mesmo Portugal, através da Galp, já tem este produto disponível.
- O “*rDME*” que consiste num gás liquefeito de baixo carbono (éter dimetilico), quimicamente semelhante ao propano e butano com o potencial para “desfossilizar” a indústria de GPL. É uma solução simples que permite aos clientes do sector doméstico reduzir drasticamente a sua pegada carbónica.

Conjugando a presença de mercado já fortemente estabelecida do GPL com as vantagens ao nível da menor emissão de CO<sub>2</sub> que alternativas mais intensivas em carbono, como carvão, petróleo e mesmo eletricidade gerada por meios convencionais, **o GPL pode e deve fazer parte da solução.**

#### 4) Transição energética justa

O facto de os investimentos propostos no setor do gás natural continuarem a ser baseados num modelo de subsidiação indireta pelo Estado e em especial no contexto atual, é prejudicial para outras fontes de energia alternativas, tal como o GPL em que os investimentos são 100% privados sendo os riscos assumidos inteiramente pelas companhias que operam no sector numa verdadeira economia de mercado. Na realidade os ORDs são empresas privadas que visam o lucro e que beneficiam da exploração das redes de distribuição, sem qualquer risco. Aliás, podemos mesmo colocar a questão – será que sem este modelo de remuneração garantida, as empresas operadoras das redes, teriam feito algum investimento?

Acresce ainda o peso que estes investimentos propostos vão ter para todos os consumidores, dado o período de amortização, em muitos casos superior a 30 anos.

**A Gas4All acredita que a transição energética deve ser justa e sem distorções que possam levar à exclusão de algumas energias**

Mais sugerimos que seja feito um estudo comparativo entre estas duas energias tendo em atenção a política e os objetivos climáticos para o país.

#### 5) Conclusão

A Gas4All subscreve integralmente as questões da ERSE relativamente ao montante dos investimentos propostos e questiona a racionalidade dos mesmos face ao contexto macroeconómico atual e à política energética e climática estabelecida para o País.

Por outro lado, manifestamos também a nossa apreensão face ao facto de se favorecer as condições de uma fonte de energia em relação a outras eliminando a diversidade de oferta no mercado e limitando a concorrência em mercado livre.

Sendo o GPL uma fonte de energia com características muito semelhantes ao gás natural na sua utilização e também em termos ambientais, merece ser considerado uma alternativa energética com as mesmas condições para operar no mercado que o gás natural, que beneficia de condições vantajosas. O tecido empresarial do sector do GPL, composto por muitas empresas de carácter familiar começa a ficar desmotivado para aguentar sem apoio as variadas adversidades de exercer em Portugal, nomeadamente a pesada legislação e constrangimentos que lhes são impostos.